

Começam as negociações coletivas da educação básica

A pauta de reivindicações, aprovada em Assembleia Geral dos professores da educação básica no dia 5 de março, foi entregue às representações sindicais – Sinepe/RS e Sindiman/RS, no dia 8 de março, com vistas à renovação das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho 2022.

O início das tratativas com o Sinepe/RS se dará na quinta-feira, 17 de março, às 14h, e com o Sindiman/RS no dia 25 de março, às 10h. Como destaques na pauta de reivindicações, estão a reposição da inflação de 10,8% (INPC) aos salários e a regulamentação e remuneração do trabalho excedente.

As negociações da educação básica passaram a ser desdobradas em 2021, quando o Sindiman/RS – Sindicato das Mantenedoras das Instituições Comunitárias de Ensino do RS – recebeu a carta sindical conferida pelo Ministério da Economia, então responsável pelo reconhecimento e pela formalização das entidades sindicais.

A carta sindical foi concedida ao Sindiman/RS cinco anos após o rompimento das instituições comunitárias de ensino com o Sinepe/RS, ocorrido em 2015.

As reivindicações dos professores para as negociações com o Sinepe/RS e o Sindiman/RS são as mesmas.

EDITORIAL

Respeito à jornada de trabalho dos professores

A Assembleia de professores, realizada em 5 de março, deu início à Campanha da Negociação Coletiva com as representações patronais (Sinepe/RS e Sindiman), com vistas às respectivas Convenções Coletivas 2022/2023.

A pauta aprovada pelos professores na Assembleia contempla, fundamentalmente, entre outras reivindicações, o reajuste salarial, o pagamento integral das atividades demandadas pelas escolas e o direito dos professores à desconexão do trabalho fora da jornada semanal.

O reajuste reivindicado é de 10,80%, percentual correspondente à inflação de março de 2021 a fevereiro de 2022, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Há dois anos, os professores vêm enfrentando grandes dificuldades para dar conta do extenso trabalho ocasionado pela pandemia da covid-19 e as consequentes e excessivas demandas das escolas.

As instituições, para o enfrentamento da pandemia e para a continuidade das atividades dos estudantes, exigiram inúmeras e novas demandas aos professores: busca de conhecimento para lidar com o mundo digital;

aquisição de recursos tecnológicos; utilização de novas metodologias; manutenção da atenção integral dos estudantes nas atividades on-line, utilização de plataformas corporativas, entre outros.

Os pais, no começo da pandemia, surpreendidos pela continuidade, quase simultânea, de atendimento aos filhos, têm estabelecido intenso contato com os professores, sobretudo fora do horário de trabalho dos professores.

Neste ano, as aulas voltaram a ser presenciais, mas o trabalho continua basicamente nos moldes dos últimos anos. E mais: é ano de implantação do Novo Ensino Médio, gerando a necessidade de o professor envolver-se em novos projetos e, muitas vezes, com redução da sua carga horária.

É neste contexto que iniciaremos a negociação com os sindicatos patronais.

O excesso de trabalho está levando os professores à exaustão, e o Sindicato envidará todos os esforços na negociação para que as escolas remunerem o trabalho extraordinário, quando este for verdadeiramente necessário e que respeite a jornada estabelecida no contrato de trabalho dos professores.

Pauta de reivindicações dos professores da educação básica para as negociações coletivas com o Sinepe/RS e o Sindiman/RS



Pauta de reivindicações foi entregue ao Sinepe/RS e ao Sindiman/RS no dia 8 de março

1. Reajuste Salarial

Reposição da inflação de 10,8%, referente ao INPC de março de 2021 a fevereiro de 2022.

2. Pisos Salariais

Valores dos pisos salariais acrescidos da reposição do INPC.

3. Limitação do número de instrumentos avaliativos

Limitação em três do número de avaliações para um mesmo objetivo/conteúdo (provas adaptadas).

4. Condições para Despedimento

Estabelecimento de prazo para demissões de professores – até início do recesso do fim do ano letivo em curso.

5. Parâmetros para a ampliação/redução de carga horária e pagamento dos novos projetos/componentes curriculares do Novo Ensino Médio:

- Aproveitamento dos professores da escola nos no-

vos projetos/componentes curriculares.

- Informação ao Sinpro/RS sobre as eventuais reduções de carga horária pela mudança da matriz curricular.

6. Comunicação por recursos telemáticos

- Vedação da comunicação, fora do horário contratado, entre direção/coordenação com o professor (aplicativo WhatsApp, e-mail, etc.).

- Vedação da disponibilização do telefone do professor aos estudantes/família.

7. Desconto da Contribuição Assistencial/Taxa Negocial

- Definição da Contribuição Assistencial/Taxa Negocial de 3,5%, a ser descontada nos salários dos professores, em folha de pagamento.

8. Manutenção das demais Cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022.

TRABALHO

Sinpro/RS lança nova edição do Ponto Extraclasse



Com o aumento das demandas das escolas para além da carga contratual dos professores, ocasionadas pela pandemia da covid-19 e mantidas com a retomada nas aulas presenciais, o Sindicato dos Professores decidiu lançar nova edição do *Ponto Extraclasse*.

Trata-se de uma planilha eletrônica, disponibilizada gratuitamente para *download* no site do Sindicato (www.sinprors.org.br) para os professores armazenarem as informações desse trabalho extraclasse não remunerado, como data, demanda e tempo para execução.

“Registrando regularmente na planilha as atividades e o tempo usado para realizá-las, os professores terão, em tempo real, a dimensão do trabalho realizado e consolidam um argumento consistente para futuras demandas judiciais”, explica Cecília Farias, diretora do Sindicato.

A medida, segundo Cecília, integra a mobilização do Sindicato pela limitação e remuneração de todo o trabalho

efetuado pelos professores. “As escolas precisam limitar as demandas para o bem da saúde dos professores e da qualidade de ensino.”

